



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU**

2

3 Aos dezesseis dias do mês de novembro de 2006, às 10:00 horas, o Comitê das Bacias

4 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim (designado Comitê Guandu)

5 deu início à 2ª Reunião Extraordinária de 2006, no Auditório Hilton Sales, localizado no

6 prédio principal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rodovia BR 465, Km 07,

7 Seropédica, R.J, tendo como sugestão de pauta o assunto específico - Plano de Bacia

8 do Guandu: informe sobre as consultas públicas realizadas, apresentação do Relatório do

9 Plano – Versão Final, detalhamento e discussão do Programa de Investimentos,

10 discussão sobre os instrumentos de gestão. Estavam presentes 26 membros do Comitê,

11 entre titulares e suplentes, sendo 21 votantes, a saber: representando a Sociedade Civil –

12 Friedrich Herms (UERJ), Diretor Geral do Comitê Guandu; Daniel Fonseca (UFRuralRJ);

13 Thereza Christina de A. Rosso (ABRH); Lygia Sanchez (CRBio2 – por procuração); Gilson

14 Freire (SINTSAMA-RJ); Pedro José de Castro (FAMERJ); Ninon Machado de Faria Leme

15 Franco (Instituto Ipanema); Ricardo Finotti (BICUDA); representando os usuários – Leila

16 Heizer (CEDAE), Secretária Executiva do Comitê Guandu; Fernando José Lino do

17 Nascimento (LIGHT); Jorge José do Nascimento (LIGHT); Sabina Campagnani

18 (FURNAS); Maria Ivonete da Silva (FAERJ); Ademar Jorge Quintella (Sindicato Rural de

19 Itaguaí, Paracambi e Seropédica); Antonio Aragão (PETROBRAS-REDUC – por

20 procuração); Christine Lombardo Costa Pereira (FIRJAN); representando o Governo

21 Municipal – Evandro da Silva Batista (Prefeitura Municipal de Rio Claro); José Anunciação

22 (Prefeitura Municipal de Queimados – por procuração); representando o Governo do

23 Estado – Edmar Fiúza (SERLA); Fátima de Freitas Soares (FEEMA – por procuração);

24 Vera Lúcia Leite Soboya (SEINPE). Participaram trinta e um convidados (lista em anexo).

25 O Diretor Geral, Friedrich Herms (UERJ), deu início a reunião e sugeriu alteração do

26 horário da pauta suprimindo o horário de almoço e substituindo por um breve lanche. Em

27 seguida a Secretária Executiva, Leila Heizer (CEDAE), falou da importância do Plano de

28 bacia e da participação dos representantes das Prefeituras Municipais. A palavra foi

29 passada para a representante da empresa Sondotécnica, Rosa Formiga, que informou

30 sobre a mobilização e participação dos diversos segmentos na construção do Plano de

31 bacia do Guandu, da existência e participação da Comissão de Controle e

32 Acompanhamento – CCA. Relatou sobre as 3 (três) consultas públicas realizadas nos



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

33 municípios de Rio Claro, Engenheiro Paulo de Frontin e Seropédica nos dias 23, 24 e 25
34 de outubro, respectivamente e os resultados das mesmas. Acrescentou que é necessário
35 a continuação do trabalho o qual não deve ser concluído com a entrega do Plano e que o
36 Comitê deve ampliar as discussões regionalizadas na bacia. Fez questão de destacar a
37 participação ativa do Comitê Guandu durante todo o processo de elaboração do referido
38 Plano. A palavra foi passada para Paulo Carneiro, consultor da Sondotécnica, que fez um
39 breve retorno ao diagnóstico da bacia, estrutura da etapa 2 – Relatório do Plano,
40 elaboração de cenários de demandas quantitativas, simulações quali-quantitativas da
41 água, alocação da água: critérios para o uso da água na bacia. Ninom Machado (Instituto
42 Ipanema) informou que recentemente foi aprovado pelo Governo do Estado do Rio de
43 Janeiro um projeto que tem três circuitos turísticos para o Guandu. Acrescentou que é
44 essencial compatibilizar os investimentos sugeridos com os Planos Diretores Municipais.
45 Friedrich Herms (UERJ) informou que existe um item no Programa de investimentos do
46 Plano, subconjunto 1.4, com a finalidade de apoiar a integração do Plano de Bacia aos
47 Planos Diretores Municipais. Afirmou que essa é a primeira versão do Plano de bacia e
48 que será revista a cada 5 anos. Ninon Machado (Instituto Ipanema) considera importante
49 estabelecer os mecanismos econômicos, através do princípio do poluidor pagador, como
50 o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Friedrich Herms (UERJ) informou também que
51 existem planos de ação que procuram dar um redirecionamento econômico da região com
52 vistas à preservação ambiental. Acrescentou que não foi dito anteriormente, mas uma das
53 etapas do plano foi o cadastramento e informou que tínhamos 11 usuários cadastrados
54 e que agora existem aproximadamente 230 (duzentos e trinta). Os novos cadastros já
55 estão sendo feitos pelo Cadastro nacional de Usuários de Recursos hídricos - CNARH.
56 Leila Heizer (CEDAE) comentou que já foi feita a nível macro uma estimativa de custo
57 para a área de saneamento. Acrescentou que nas bacias hidrográficas dos rios Guandu,
58 da Guarda e Guandu-Mirim temos pouco esgoto tratado e devemos utilizar o esgoto como
59 um negócio. Lenício Gonçalves (UFRRJ) destaca que as cavas para extração de areia
60 significam acúmulo de água e os lençóis são abastecidos pelo rio. Considera que seria
61 importante que o plano abordasse esse assunto. Informou ainda que o rio não é mais
62 artificial com o tempo ele já adquiriu condições naturais. Solicitou ainda que fosse
63 abordado as vocações de uso para setorizar as indústrias, e questionou sobre a
64 problemática dos lixões que existem nas bacias. Paulo Carneiro (Sondotécnica) informou



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

65 que fez um breve resumo e não abordou nesta reunião os itens mencionados por Lenicio
66 Gonçalves , mas que o diagnostico abrange toda a questão de lixo com estimativa de
67 custos necessários para as possíveis soluções. Jander Duarte (Sondotécnica) informa
68 que o rio Guandu é artificial pois depende de outras operações, citou como exemplo as
69 operadoras de energia. Acrescentou que o rio sofreu uma modificação ambiental e que
70 esta demanda foi considerada. Informou que com relação ao estoque de água foi
71 dedicado vários programas para estudo do aquífero subterrâneo e ainda em resposta
72 mencionou que foi abordado no Plano a necessidade de se priorizar industrias limpas.
73 Lygia Sanches(CRBio2) destacou que com relação as cavas nos rios as águas que saem
74 retornam ao ciclo de alguma forma. Informou também que as bactérias anaeróbicas que
75 se formam no fundo das cavas são altamente perigosas. Friedrich Herms (UERJ),
76 destacou que foi colocado um item sobre monitoramento. Thereza Christina Rosso
77 (ABRH) considera que o lixo urbano não é o principal problema e sim os aterros de lixo
78 químico informou que existe a necessidade de integração de com o gerenciamento
79 costeiro. Paulo Carneiro (Sondotécnica) informou que existe um subcomponente do
80 Programa de investimentos que contempla este assunto. Ademar Jorge Quintella
81 (Sindicato Rural de Itaguaí, Paracambi e Seropédica) questionou se existe alguma
82 abordagem para incentivo do produtor rural e se existe ações que venham minimizar os
83 impactos na bacia proveniente da atividade agrícola. Paulo Carneiro em resposta
84 destacou que o plano não é de desenvolvimento regional e que a agricultura não é um
85 problema nesta bacia, mas que existem vários programas no Plano que contemplam o
86 produtor rural. O Diretor Geral, Friedrich Herms, informa que inicialmente vamos aprovar o
87 plano de bacia e que depois será aberto editais de licitações para cada ação constante
88 do programa de investimentos. Acrescenta que o Plano irá colaborar na busca dos
89 recursos necessários junto aos demais órgãos do Governo Federal e Estadual ou até
90 mesmos do próprio recurso oriundo da cobrança. A arrecadação hoje está em torno de 1
91 milhão e meio de reais e se a CEDAE realizar o pagamento este valor vai para 4 milhões,
92 por ano, aproximadamente. Acrescentou ainda que os valores necessários para atender
93 todo o plano esta na ordem de 75 milhões por ano. Jander Duarte (Sondotécnica) iniciou
94 a apresentação as 13:25 h. e informou que ainda haverá uma consolidação dos dados
95 que serão apresentados com relação a cobrança (4 metodologias foram propostas),
96 comentou sobre a lei nº 4.247 que instituiu a cobrança em todas as bacias sem ouvir os



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

97 Comitês. Informou que existe no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI uma
98 lei sendo revista para atender a cobrança. Comentou sobre a Resolução nº 13 do CERHI,
99 de 08/03/2005. Fez uma reflexão sobre lançamento do consumo, do ponto de vista da
100 indústria admitindo-se todo o seu consumo. Citou com exemplo a CEDAE que capta a
101 água e entrega para abastecimento. A negociação da cobrança necessita de um fórum
102 para estabelecer o ppu - preço público unitário informando a capacidade de pagamento
103 de cada uma. Acrescentou que em geral 40% do ppu é pago para captação. A extração
104 de areia ainda não tinha sido considerada e a formula neste caso elimina a terceira
105 parcela justificada pela ausência de produção de DBO. Mencionou que o Plano sugere
106 valores diferentes de ppu para saneamento e indústria. Informou que existe a
107 possibilidade de outorga com valores diferentes para períodos diferentes do ano, o que
108 deve ser evitado é informar uma vazão e usar outra. Enfocou a utilização da palavra
109 transposição que tem sido utilizada na realidade para captação utilizada por empresas.
110 Friedrich Herms (UERJ) pede que seja ampliado os critérios constantes da metodologia 1
111 (saneamento, indústria, agropecuário e aqüicultura) para incluir avicultura. Abordou que a
112 segunda metodologia é uma evolução da 1ª e que trata da vazão de diluição. Fernando
113 Lino (Light) informou que a Lei nº4.247 retrata a cobrança de PCH e questionou se temos
114 a liberdade de mudar de acordo com o processo esclareceu que o questionamento se dá
115 pois existe a previsão de uma PCH e sendo assim deveríamos esclarecer o assunto.
116 Jander Duarte (Sondotécnica) em resposta informa que ainda não temos nenhuma PCH
117 na bacia do Guandu. Ocorreu uma discussão a respeito da parcela do Comitê Guandu no
118 Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI. Jander Duarte afirmou que 6,75% é
119 referente a compensação financeira e que 0,75 % é pelo uso da água. Friedrich Herms
120 (UERJ) questionou sobre a formula apresentada para o setor de extração de areia que
121 não foi considerado a parcela referente a evaporação. Antonio Aragão (REDUC)
122 questiona sobre o pagamento do lançamento de efluentes. Friedrich Herms (UERJ)
123 menciona que o lançamento tem que ser a montante da captação. Vários usuário captam
124 água na bacia do Guandu e lançam em outra bacia, por exemplo a bacia da baía de
125 Guanabara. Leila Heizer (CEDAE) informou que quando o Comitê decidiu que a
126 transposição não seria cobrada a SERLA passou a cobrar o lançamento na bacia da baía
127 de Guanabara. Antonio Aragão (REDUC) informou que a outorga hoje inclui o pagamento
128 da captação, do consumo e do lançamento este ultimo indo para outro Comitê. Friedrich



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

129 Herms (UERJ), informa que trata-se de transposição sim porque aumenta a
130 disponibilidade hídrica (consumo em uma bacia e lançamento em outra). Antonio
131 Aragão(REDUC) solicita que seja abordado com maior clareza o conceito de transposição.
132 Friedrich Herms (UERJ) também questiona qual a diferença de aplicação do conceito de
133 transposição e consumo. Friedrich Herms (UERJ) esclarece que em seu pensamento
134 transposição é retirar água de um rio e lançar em outro sem utilização pelo caminho.
135 Acrescentando que a Lei nº 4.247 instituiu a cobrança antes da elaboração do Plano, etc.
136 Questionou ainda se a sugestão é seria mudar o ppu ou K0 da formula de
137 cobrança.Jander Duarte (Sondotécnica) afirma que o PPU é um valor em aberto. Friedrich
138 Herms informa que a proposta de modificação do art.24 da Lei nº 4.247 que define a
139 questão do repasse já foi encaminhado da SERLA para o CERHI e também a alteração
140 do valor insignificante para captação de água subterrânea. Leila Heizer (CEDAE) afirmou
141 que a idéia deste projeto de lei é interessante, e que a CEDAE está fazendo um
142 levantamento sobre os custos para ter noção da condição de pagamento. Ninon Machado
143 (Instituto Ipanema) considera importante o pagamento pelo uso da água pois isso faz
144 despertar no usuário a consciência para utilização do recursos hídricos. Rosa Formiga
145 (Sondotécnica) abordou as possibilidades sobre criação de agência de bacia. Friedrich
146 Herms (UERJ) justifica que adotar a SERLA como agência de bacia seria ficar a mercê
147 das modificações administrativas de governo. Acrescentou que a Lei nº 3.239 define
148 mecanismos e o que falta é a questão política. Ninon Machado (Instituto Ipanema)
149 esclarece que a Lei nº 9.433 permite ter uma agência para varias bacias hidrográficas. O
150 Diretor Geral considera mais viável a criação de uma agência própria. Fernando Lino
151 (Light) manifestou concordar com o Diretor Geral. Leila Heizer (CEDAE) também
152 concorda com ambos e solicitou que se atente mais ao mecanismo jurídico. Acrescentou
153 que a OSCIP tem algumas desvantagens pois o diretor de uma oscip tem que colocar
154 seus os bens pessoais como credito. Rosa Formiga (Sondotécnica) afirmou que é preciso
155 resolver o impasse de pagamento da CEDAE caso contrario fica inviável a criação de
156 uma agência.Ney Maranhão (ANA) esclarece que este é o primeiro plano de bacia e
157 gostaria de parabenizar a empresa responsável pela elaboração do trabalho e também o
158 Comitê Guandu pela contribuição, acompanhamento e articulação com os diversos
159 segmentos em toda a etapa de elaboração do Plano. Acrescentou ainda que é
160 interessante assegurar a continuidade do processo. O Diretor Geral, Friedrich Herms,



Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

161 questionou se alguém teria algo a acrescentar e não havendo, encerrou a reunião as
162 16:00 horas. A presente ata foi elaborada por Elizabeth Machado - técnica do Comitê
163 Guandu.